

# RUMOS DA PSICOPEDAGOGIA BRASILEIRA

Edith Rubinstein; Marisa Irene Castanho; Neide de Aquino Noffs

**RESUMO** – Este artigo versa sobre os temas elencados pelo Conselho Nacional da ABPp como objeto de pesquisa e estudo, os quais referem-se aos Rumos da Psicopedagogia no Brasil. Foram eleitos seis subtemas: (1) Histórico das bases teóricas; (2) Formação; (3) Conceito/idéia que os profissionais de áreas afins têm sobre o psicopedagogo e a Psicopedagogia; (4) Levantamento dos instrumentos de avaliação e intervenção; (5) Análise do objeto de estudo e pesquisa do psicopedagogo; (6) Situação presente da regulamentação da profissão. Neste artigo serão tratados os tópicos 1 (um); 2 (dois) e 6 (seis).

**UNITERMOS:** Histórico das bases teóricas. Conceito de Psicopedagogia. Formação. Regulamentação da Profissão.

## PREFÁCIO

A Associação Brasileira de Psicopedagogia, fundada em 1980, representada pelo Conselho e pelas seções de diferentes estados da União, ex-presidentes na categoria de conselheiras natas e da diretoria, na véspera de seu "jubileu de prata", deu início a um ambicioso projeto: "Rumos da Psicopedagogia Brasileira". No dicionário etimológico, rumo é definido como: caminho, direção e no dicionário Aurélio é definido como "a direção do movimento da embarcação quando está navegando". Sendo assim, entende-se que

este projeto não é algo estático, que tenha um início e um fim. Se rumo é a direção da embarcação enquanto se está navegando, este projeto pretende rever dinamicamente o passado, analisar o presente, para pensar os possíveis cenários futuros da Psicopedagogia. Conhecendo os rumos da embarcação enquanto navega, há possibilidade da constante adequação da direção para que a embarcação flua em melhores condições.

Este projeto grande e ambicioso pretende analisar a direção que a Psicopedagogia e os

---

*Edith Rubinstein – Psicopedagoga, Mestre em Psicologia. Conselheira Nata da ABPp.*

*Marisa Irene Castanho - Psicopedagoga, Doutora em Psicologia. Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo IPUSP e Coordenadora do Curso de Psicopedagogia da Universidade São Marcos. Conselheira Eleita da ABPp para o triênio 2005/07.*

*Neide de Aquino Noffs – Psicopedagoga, Doutora em Educação, Vice-diretora da Faculdade de Educação da PUC/SP e Coordenadora do Curso de Psicopedagogia da PUC/SP. Conselheira Nata da ABPp.*

---

*Correspondência*

*Rua Rio Azul, 309 – São Paulo – SP – Brasil – 05519-120  
E-mail: rubinstein@terra.com.br*

psicopedagogos vêm tomando ao longo dos anos. Embora nossa referência seja a Psicopedagogia, enquanto área de atuação preocupada com a questão da aprendizagem humana, sabemos que muitos são os estilos dos psicopedagogos, pois cada um os constrói a partir de sua singularidade, a qual determina as diferentes opções pelos modelos e referenciais teóricos. Aqui reside uma das grandezas da ABPp: acolher as diferenças de pensamento.

Pretende-se nesta comunicação compartilhar com os psicopedagogos, com a comunidade científica e com o público interessado, o objeto de reflexão elencado como necessário pelo Conselho Nacional da ABPp e que diz respeito aos Rumos da Psicopedagogia no Brasil. Foram eleitos seis subtemas considerados como partes integrantes desse objeto, a saber: (1) Histórico das bases teóricas; (2) Formação; (3) Conceito/ idéia que os profissionais de áreas afins têm sobre o psicopedagogo e a Psicopedagogia; (4) Levantamento dos instrumentos de avaliação e intervenção; (5) Análise do objeto de estudo e pesquisa do psicopedagogo; (6) Situação presente da regulamentação da profissão. Nesta oportunidade estarão sendo compartilhados dados levantados pelos conselheiros da ABPp relativos aos subtemas: 1(um), 2 (dois) e 6(seis).

## INTRODUÇÃO

Antes de abordar os subtemas do projeto Rumos da Psicopedagogia Brasileira, serão apresentadas algumas considerações sobre a Psicopedagogia, enquanto área de atuação: a) ela é sustentada por referenciais teóricos, ou seja, ela é uma *práxis psicopedagógica*; b) é reconhecida academicamente por meio das produções científicas materializadas em teses, publicações e reuniões científicas organizadas pelo nosso órgão de classe, a Associação Brasileira de Psicopedagogia, e por outros órgãos representados pelos profissionais de áreas afins; c) a formação é feita em cursos de especialização em instituições de ensino superior; d) tem contribuído para a integração de crianças, adolescentes e adultos que por diferentes razões

estão desarticulados do sistema escolar e de instituições onde a aprendizagem é o centro; e) disciplinarmente a Psicopedagogia tem na sua origem a interdisciplinaridade e caminha para a transdisciplinaridade. Atualmente, ela é entendida como um campo de atuação que se encontra entre a Pedagogia e a Psicologia ou Psicanálise; f) está voltada para a aprendizagem, de um modo geral, mas é preciso considerar que surgiu para atender, principalmente, crianças e adolescentes com problemas na aprendizagem escolar. Isto não impede que a intervenção psicopedagógica ocorra fora do contexto escolar, como em hospitais, empresas ou outro tipo de instituição, o que já vem ocorrendo.

Não há como negar que o *leitmotiv* inicial da Psicopedagogia foi o insucesso escolar. Porém o que se conclui é que, hoje, a forma como fazemos sua leitura felizmente vem tomando rumos distintos. Enquanto fenômeno, esse insucesso tem sido objeto de estudo e interesse científico desde o início do século, em nosso país. As estatísticas indicam que já na década de 1930 a porcentagem de crianças retidas no 1º ano primário era de 53% e, em 1941, 58,83% como afirma Sawaia<sup>1</sup>. Essa mesma autora afirma: "*nos sessenta anos subseqüentes, sucessivos levantamentos mostram uma cronificação desse estado de coisas*".

Nos primórdios do movimento educacional e psicológico do início do século, a tendência era compreender as razões do insucesso das crianças na escola, apenas no aluno, nas suas características individuais. Os instrumentos utilizados para avaliar mediavam os indivíduos, em suas (in)capacidades, analisavam o insucesso sob a perspectiva das deficiências dos quais os alunos eram portadores, "*sustentavam-se nos baixos escores obtidos pelos alunos nos testes psicodiagnósticos voltados para a mensuração da capacidade intelectual dos alunos*"<sup>1</sup>. Posteriormente, a teoria da "carência cultural", bastante difundida nas décadas de 60 e 70, buscava explicações para o fracasso escolar a partir da análise do meio cultural deficitário dos alunos. A tendência contemporânea é considerar o insucesso escolar como sintoma social e não

como uma patologia do aluno. Hoje, é inegável o reconhecimento da contribuição social e científica da Psicopedagogia e dos psicopedagogos na realidade brasileira. É possível identificar uma plataforma ideológica subsidiando a posição teórica. Uma boa parte dos psicopedagogos entende que o insucesso escolar, enquanto sintoma social, deve ser analisado em toda a sua complexidade. Análises parciais levam ao equívoco e a não superação do insucesso escolar, o qual tem provocado quadros de inibição cognitiva bastante significativos. Estamos num regime de urgência, é preciso encontrar alternativas para inibir o insucesso escolar. É nessa direção que caminham os estudos dos profissionais que se preocupam com a aprendizagem.

No que diz respeito à compreensão do insucesso escolar, a tendência contemporânea na Psicopedagogia é a identificação com teorias que buscam compreendê-lo a partir dos seguintes aspectos: a) relação que o sujeito da aprendizagem estabelece com o conhecimento e o saber; b) relação professor/aluno; c) manejos inadequados nas instituições que provocam dificuldades de ordem reativa; d) visão do aluno como um todo; e) consideração do contexto onde ele se insere como importante para esclarecer a sua relação com o conhecimento. Apesar das diferentes linhas de trabalho, a abordagem é dinâmica, na medida em que o foco de atenção é o sujeito da aprendizagem inserido num discurso social, entendido como um todo. Os conflitos são considerados pertinentes e decorrentes das tensões, advindas da complexidade dos fatores presentes nos ambientes onde ocorre o processo de ensino aprendizagem. A principal contribuição da Psicopedagogia contemporânea está no modo de fazer o diagnóstico psicopedagógico: visa-se observar o potencial de aprendizagem do aluno e quais são as melhores condições para um processo satisfatório de aprendizagem.

Nesse sentido, a psicométrica utilizada para medir habilidades e competências é entendida como "uma fotografia instantânea". Hoje, uma parte significativa dos profissionais está mais

interessada em pesquisar a zona do desenvolvimento proximal. Atualmente, a perspectiva de análise é oposta àquela dos primórdios dos estudos do fracasso escolar. Aprendemos que a consideração apenas de normas e padrões e o ambiente sociocultural dos alunos é insuficiente para explicar o insucesso, a inibição cognitiva e, fundamentalmente, para promover mudanças.

Hoje, a escola enquanto instituição tem procurado a Psicopedagogia para compreender, analisar e intervir nas práticas e relações que estão presentes no interior da escola. Psicopedagogos vêm intervindo em assessorias na rede pública. Entende-se que a experiência clínica do psicopedagogo por meio do modo próprio de analisar a singularidade dos conflitos, pode em muito contribuir para, senão reverter o insucesso escolar, diminuir sua exuberância. Delineia-se, portanto, uma outra atuação do psicopedagogo: intervir na escola, aproveitando a sua habilidade na escuta clínica.

A finalidade da Psicopedagogia contemporânea continua sendo a aprendizagem e a relação do sujeito com a aprendizagem. Isto não significa deixar de lado a compreensão do fenômeno dificuldade de aprendizagem. Para definir o que seja dificuldade de aprendizagem, é preciso considerar o contexto e o referencial teórico usado para fazer sua leitura. O que é considerado dificuldade num contexto pode não ser considerado em outro, podendo ser entendido como pertinente ao processo de ensino aprendizagem. A leitura que se faz dessa dificuldade depende do referencial teórico usado pelo profissional. Alguns profissionais podem estar mais voltados para as causas orgânicas, utilizando uma forma de classificação específica. Outros podem estar mais voltados para as causas emocionais envolvidas no processo de aprendizagem, tendo outra concepção das dificuldades. Divergências teóricas, portanto, são "disonâncias pertinentes" em nossa realidade e seria impossível pretender uniformizar a leitura do que seja uma dificuldade de aprendizagem. Provavelmente, uma visão que leve em consideração a complexidade enquanto paradigma poderá

assimilar as contribuições das diferentes disciplinas de modo a compreender o sujeito da aprendizagem em suas múltiplas dimensões. Isto é, não apenas pelos aspectos relacionados com a subjetividade ou considerando apenas os aspectos orgânicos, ou somente o cenário sociocultural para explicar as dificuldades ou distúrbios como se queira nomear esse sofrimento humano. A denominação dos conflitos humanos na sua ânsia de cumprir seu destino como humano, ou seja, aprender, não é operante se fixamos isoladamente as características e os traços deste sofrimento.

Os instrumentos utilizados no diagnóstico e na intervenção dependem dos conceitos de aprendizagem e de dificuldade de aprendizagem e, portanto, dos referenciais teóricos. Apesar dessas dissonâncias, é possível destacar alguns pontos comuns presentes no discurso psicopedagógico que expressam a práxis psicopedagógica:

- a) Aprendizagem como processo: implica analisar as respostas a partir da compreensão do processo de produção e na intervenção sobre ele, ao invés de considerar somente a produção;
- b) Aprendizagem como apropriação do conhecimento: implica não só na consideração das possibilidades cognitivas, mas também nas possibilidades psíquicas, mais especificamente nas possibilidades de simbolização daquele que aprende, isto é, na sua possibilidade de projetar-se dando um sentido próprio e singular ao conhecimento;
- c) Aprendizagem como articulação entre saberes prévios e novos conhecimentos: implica considerar as experiências de vida e os interesses daquele que aprende como fundamento para a aquisição de novos conhecimentos. Isso implica na consideração da subjetividade no processo de construção do conhecimento. É importante observar, no entanto, que isso não dispensa o psicopedagogo, nem da análise das funções e operações cognitivas em jogo na aquisição dos conhecimentos e conteúdos escolares, nem da consideração sobre as possibilidades cogni-

tivas que o sujeito tem para responder a essas exigências. A compreensão dos problemas de aprendizagem, nessa perspectiva, implica na consideração simultânea dos aspectos subjetivos e cognitivos frente às exigências escolares;

- d) Aprendizagem como transmissão do conhecimento através do outro: implica considerar aquele que ensina como parte integrante da relação entre o que aprende e o conhecimento. O termo transmissão convoca-o a ocupar um lugar, que não se resume ao de facilitador do processo de aprendizagem, mas cujo sentido põe em jogo a sua própria subjetividade. Aqui está presente a importância da relação professor/aluno; psicopedagogo/aluno; ensinante/aprendente.

#### DISCUSSÃO PARCIAL DO PROJETO

A seguir, cabe discorrer sobre os três aspectos do projeto Rumos da Psicopedagogia Brasileira: 1) Histórico das bases teóricas; 2) Formação; 3) Situação presente da regulamentação da profissão. Como foi dito no início, o Projeto é ambicioso e, no momento, está na fase inicial. O que se pretende é envolver a Associação Brasileira de Psicopedagogia, seu Conselho Nacional e a sociedade nas discussões sobre os avanços da Psicopedagogia, no cenário nacional, até o presente momento. A partir de discussões no Conselho Nacional, formou-se uma equipe de trabalho coordenada por Edith Rubinstein, que tem irradiado discussões pelo Brasil afora. Encontramo-nos em fase inicial das discussões e esta comunicação se propõe a apresentar as sínteses até agora obtidas.

Nem todos os aspectos foram discutidos pelos núcleos e seções. Neste momento enfatizaram-se os aspectos relacionados ao histórico das bases teóricas; levantaram-se algumas questões sobre o tema da formação e fez-se uma sondagem da idéia-conceito que os profissionais têm da Psicopedagogia e do psicopedagogo, já há alguma perspectiva concreta a respeito da formalização da intervenção psicopedagógica institucional.

### 1) Histórico das bases teóricas

Não há como entender as bases teóricas sem recorrer anteriormente ao percurso histórico do modo de compreender, analisar e intervir diante do insucesso escolar. Para a presente síntese contamos com informações fornecidas por nossos colegas de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte e São Paulo através de suas reflexões organizadas em documentos<sup>2</sup>. A ABPp está organizando um "banco de dados" integrante do Projeto Rumos da Psicopedagogia Brasileira.

Como já foi referido na introdução, buscou-se nas deficiências cognitivas dos alunos e na carência cultural a explicação para o fracasso escolar. Por outro lado, como afirma Bossa<sup>3</sup>, "*No Brasil, por muito tempo se explicou o problema de aprendizagem como produto de fatores orgânicos*".

Conforme relata Sawaia<sup>1</sup>, na história da Psicologia no Brasil, a escola e o ensino eram objeto de interesse dos psicólogos brasileiros. É de 1906 o registro de um Laboratório de Psicologia Pedagógica no Rio de Janeiro e de um Gabinete de Psicologia Científica na Escola Normal Secundária de São Paulo, em 1914. No Rio de Janeiro, inicialmente a preocupação dos educadores e psicólogos era com a saúde mental, portanto esteve voltada para uma abordagem médica. Na década de 20, há um movimento mundial de prevenção e atendimento das questões de saúde mental com repercussões no Distrito Federal. Na década de 1940, cria-se no Rio de Janeiro, na Secretaria de Saúde, o atendimento a escolares com dificuldades diversas. Na década de 50, criaram-se classes especiais para alunos classificados como portadores de deficiência mental. No Rio Grande do Sul, na década de 50, é a Secretaria da Educação do Estado que toma a iniciativa de estudar e pesquisar a educação e a linguagem. Esta secretaria fazia parceria com o Centro de Educação da Universidade de Genebra. A partir da década de 60, no Estado da Guanabara, deu-se a criação do Departamento de Educação Especial e foram sendo tomadas iniciativas para atender as crianças com dificuldades.

Na década de 60, no Brasil e na Argentina, surge a Psicopedagogia clínica para compreender o fracasso escolar individual<sup>4</sup>. Em 1966, no Rio Grande do Sul, a preocupação com o número significativo de alunos com dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita fez com que se concretizasse um projeto para o atendimento especializado nessa área. Criaram-se as Clínicas de Leitura. Na década de 70, havia 324 Clínicas de Leitura no Estado do Rio Grande do Sul. Nesta ocasião a abordagem era reeducativa, havia uma parceria entre a Medicina e a Educação. A tendência era por uma concepção adaptacionista para alcançar a integração das crianças.

Em São Paulo, na década de 70, na PUC-SP, a Prof<sup>a</sup> Genny Golubi de Moraes organizava cursos voltados para as dificuldades escolares e coordenava um serviço de atendimento clínico para crianças da rede pública na Clínica da PUC-SP. Os cursos por ela coordenados visavam preparar profissionais para atender as crianças na escola e na clínica e o enfoque era preventivo. Ainda na década de 70, prevaleceu a visão organicista para explicar o fracasso escolar. Nessa ocasião as dificuldades dos alunos eram entendidas como provenientes de disfunções neuromotoras englobadas sob a denominação de Disfunção Cerebral Mínima. Pais e professores adotavam a sigla DCM para explicar o insucesso do aluno. Esta atitude denotava um discurso social: a patologização do fracasso e, mais especificamente, do aluno. Em depoimento pessoal, Cypel, neuropediatra de São Paulo, afirmou que havia filas de alunos nos corredores dos hospitais públicos para fazer o diagnóstico de DCM.

Em 1979, em São Paulo, cria-se o primeiro curso regular de Psicopedagogia, no Instituto Sedes Sapientiae, iniciativa de Maria Alice Vassimon, pedagoga e psicodramatista, e de madre Cristina Sodré Dória, diretora do Instituto<sup>3</sup>. Este curso caracterizou-se por propor uma visão mais integrada do sujeito da aprendizagem.

A década de 80 trouxe mudanças significativas no modo de compreender o insucesso escolar e

as dificuldades de aprendizagem. Nessa ocasião havia dois movimentos inovadores sendo construídos paralelamente. Um na direção da compreensão do fracasso escolar e outro na direção da clínica, buscando ambos um novo olhar, o institucional defendido por Gatti (apud Sawaia<sup>1</sup>).

*“buscando as causas das dificuldades dos alunos não apenas nas características psicossociais do aluno pobre, mas partem para a análise dos mecanismos intra-escolares, na seletividade social da escola, privilegiando a investigação de aspectos estruturais, funcionais e da dinâmica interna da Instituição escolar.”*

O outro movimento construído era na área clínica, cujos profissionais eram provenientes fundamentalmente da área da Pedagogia, Fonoaudiologia e Psicologia. Eles percebiam que a reeducação psicopedagógica, enquanto intervenção adaptativa, não atendia o aprendente nas suas questões singulares. As dificuldades nem sempre eram de natureza específica ou restrita, ou decorrentes de manejos institucionais inadequados (dificuldades de ordem reativa). Podia-se perceber que dificuldades de aprendizagem de ordem reativa acabavam por provocar quadros de inibição cognitiva. Entretanto, havia que se considerar a inibição cognitiva também como um sintoma proveniente de conflitos não resolvidos, os quais se manifestam na relação do aluno com o conhecimento. Inaugura-se, então, na década de 80, uma visão dinâmica da queixa escolar.

Não há como separar o percurso histórico da Psicopedagogia sem considerar a formação profissional. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba bem como em outras capitais e cidades, os psicopedagogos tiveram a colaboração importante de psicopedagogos da América Latina e também de autores europeus que mostraram a possibilidade de compreender o aluno que fracassa a partir de uma visão integrada. Os aspectos orgânicos nesta visão não são descartados, porém visa-se primordialmente entender o sujeito da aprendizagem inserido num contexto. Nesta década, Ana Maria Rodriguez Muñiz, Alicia Fernandez, Ana Teberowsky,

Bernardo Quirós, Emília Ferreiro, Jorge Visca, Jacob Feldman, Mabel Condemarin, Sara Paín, em diferentes períodos, colaboraram diretamente na formação teórica e prática, por meio de seus cursos, seminários e, indiretamente, através da literatura, tendo influenciado a construção de um novo modelo de intervenção clínica. Estes autores nos transmitiram a necessidade de buscar compreender o sujeito aprendente a partir de diferentes disciplinas: Psicologia Genética, Antropologia, Sociologia, Psicanálise, Psicologia Social Operativa, Psicolingüística, Educação e Neurologia. A visão organicista, com forte influência da Medicina, deixou de ser preponderante para compreender o fracasso escolar. Como dissemos anteriormente, a década de 80 caracterizou-se pela instauração de uma visão dinâmica da Psicopedagogia.

Esses primeiros mestres nos remeteram à necessidade de buscar novas referências teóricas: Sigmund Freud, Jacques Lacan, Carl Jung, Arminda Aberastury, Henrique Pichón-Rivière, André Lapierre, Jean Piaget, Vygotsky, Simone Ramain, Reuven Feurstein, Henry Wallon, Victor da Fonseca, Fritjof Capra, Donald Winnicott, entre outros.

Podemos afirmar que apesar das diferentes abordagens teóricas, do ponto de vista científico, a Psicopedagogia vem se apoiando em alguns pressupostos básicos, os quais sustentam a produção de conhecimento na área. São eles: psicologia piagetiana, teorias socioconstrutivistas, psicologia social, psicanálise, psicolingüística e neurociência, entre outros.

Outro fato marcante no final da década de 80 foi a criação do Laboratório de Psicopedagogia-LAPp, no Instituto de Psicologia da USP, coordenado pelo Dr. Lino de Macedo. Este é um centro de capacitação de educadores e psicopedagogos que utilizam o jogo de regra, visando não somente desenvolver as competências cognitivas, mas sobretudo considerar os possíveis efeitos no aluno como um todo. Uma parcela significativa dos psicopedagogos no Brasil tem assimilado em suas práticas as propostas desenvolvidas no LAPp.

Na década de 90, intensifica-se a visão do sujeito psicológico que aprende. Tivemos a contribuição de Jean Marie Dolle e de outros autores que buscam fazer uma articulação entre Psicanálise e Educação. Autores como Kupfer e Lajonquière, em São Paulo, tratam de intensificar a reflexão com os psicopedagogos, sobre a impossibilidade de fazer uma separação entre inteligência e inconsciente/subjetividade, afirmando que se faz necessário discriminar a intervenção psicopedagógica da psicanalítica.

A expressiva expansão da Psicopedagogia na década de 90 levou à produção de intensas atividades de pesquisa, cujas produções foram divulgadas em encontros, congressos e em trabalhos produzidos nos cursos de formação. Ficaria difícil citar exemplos desse movimento de ampliação na área da Psicopedagogia, no curto espaço desta comunicação. Essa expansão levou a Psicopedagogia a ampliar seus horizontes teóricos, o que nos permite afirmar que hoje, em alguns setores, os rumos da Psicopedagogia caminham para a visão transdisciplinar. Esta visão nos permite compreender a aprendizagem e o sujeito da aprendizagem a partir das contradições e dos conflitos presentes no processo. Nesta visão não há como pensar no controle absoluto dos conflitos. O paradigma da incerteza nos convoca a repensar dinamicamente as intervenções. Estas são sempre provisórias, saber de seus efeitos é sempre *a posteriori*.

Esta revisão das bases teóricas do conhecimento na Psicopedagogia nos leva a focalizar o *modus operandi* dos psicopedagogos brasileiros, uma vez que as linhas de trabalho e os referenciais teóricos estão articulados. As práticas desenvolvidas são variadas, cada profissional vem desenvolvendo seu estilo próprio de intervenção a partir de suas identificações teóricas. É importante lembrar que não há como pretender unificar a prática psicopedagógica, pois ela depende das diferentes identificações teóricas e do estilo de cada profissional.

Nossas colegas de Curitiba, em seu documento "Epistemologia da Psicopedagogia", fizeram um levantamento dos principais recursos

utilizados pelos profissionais desta cidade. São os seguintes instrumentos relacionados por este grupo até o momento: caixa de trabalho, projeto de trabalho, material disparador, jogos, oficinas, estimulação horizontal, caixa de areia e miniaturas, práticas conjugadas com Psicodrama, Psicomotricidade, Arteterapia, Programa de Enriquecimento Instrumental (P.E.I.), Ramain. Esta é uma primeira sondagem, um primeiro "inventário", que precisa ser pesquisado e analisado. Possivelmente, poderemos contar com o auxílio da pesquisa formal realizada nas universidades para obtermos uma visão mais aprofundada deste aspecto. Outros grupos e equipes ainda não apresentaram levantamento para análise.

Atualmente, há uma produção científica brasileira, especificamente voltada para aspectos da intervenção psicopedagógica. Nessas publicações, os autores brasileiros compartilham seus estilos de prática, que expressam as diferentes linhas teóricas. Na Universidade pública e particular há produção de teses e monografias voltadas para a Psicopedagogia. É possível, neste momento, identificarmos um modelo psicopedagógico brasileiro, o qual apesar das diferenças teóricas está mostrando uma prática apoiada na realidade brasileira e no modo como vem sendo realizada a formação em Psicopedagogia.

Os desafios a serem superados são provocativos. A Psicopedagogia nasceu de uma falta e é essa falta, enquanto paradoxo, que a mobiliza no sentido de buscar as possíveis alternativas para compreender o sujeito da aprendizagem nos diferentes contextos socioculturais. Como foi dito ao final do nosso Congresso promovido pela ABPp, em julho de 2003, buscamos "o caminho do meio", no sentido de nos aproximarmos de um modelo transdisciplinar, o qual transita entre as disciplinas sem abolir as fronteiras existentes. Edgar Morin<sup>5</sup> propõe a adoção de uma posição ecodisciplinar, entendida como necessidade de compreender as disciplinas em seu contexto cultural e social. Ele<sup>5</sup> nos propõe uma atitude aberta e fechada simultaneamente. Nos alerta de que muitas vezes a transdisciplinaridade poderá

atravessar as disciplinas com certa virulência, ao afirmar<sup>5</sup>:

*"...o importante não é apenas a idéia de intere de de transdisciplinaridade. Devemos "ecologizar" as disciplinas, isto é, levar em conta tudo que lhes é contextual, inclusive as condições culturais e sociais, ou seja, ver em que meio nascem, levantam problemas, ficam esclerosadas e transformam-se. É necessário também o "meta-disciplinar"; o termo "meta" significando ultrapassar e conservar. Não se pode demolir o que as disciplinas criaram; não se pode romper todo o fechamento: há o problema da disciplina, o problema da ciência, bem como o problema da vida; é preciso que uma disciplina seja, ao mesmo tempo aberta e fechada."*

É preciso, cada vez mais, investirmos na identidade da Psicopedagogia e dos psicopedagogos. Ela está construída e, ao mesmo tempo, em construção, aprimorá-la, portanto, é um cuidado necessário para que não se perca, não se submeta a modelos teóricos que venham na contra-mão do que já foi alcançado. Como dissemos no início, a ABPp quer construir, neste momento, a formalização da necessidade de estar em constante revisão dos Rumos da Psicopedagogia Brasileira.

Hoje estamos sendo questionados como profissionais a nos posicionarmos a respeito de certas "patologias da aprendizagem". Infelizmente, se não cuidarmos desta questão, estaremos retrocedendo à década de 70, quando a Disfunção Cerebral Mínima era a patologia da aprendizagem daquele tempo. Atualmente, a preocupação dos pais e de alguns educadores é com a síndrome do Déficit de Atenção e Hiperatividade e com a Dislexia. Não há como negar os aspectos orgânicos envolvidos na constituição do sujeito da aprendizagem, porém é preciso dar uma resposta a esse discurso, através de um outro discurso, aquele inaugurado na década de 80: buscar dentro da Escola, junto com os professores/profissionais as alternativas para atender os alunos que temos. É preciso, sim, revermos as práticas e teorias que não têm contribuído para reverter o insucesso escolar. Na clínica, é preciso fazer uma

leitura contextualizada da queixa escolar e do sujeito da aprendizagem como um todo.

O grande desafio da Psicopedagogia é dar sentido à transmissão cultural. Se hoje a facilidade dos meios de comunicação disponibiliza o acesso à informação, é preciso por parte do aprendiz disponibilidade interna (desejo) para buscar o sentido e ao mesmo tempo desenvolver disciplina para propor boas questões. Como afirma Paín<sup>4</sup>: *"No campo social a violência juvenil surge no setor da população sem horizontes futuros, nem raízes com o passado, cujas relações identificatórias são simples e fortes, com hierarquias de tipo tribal; linguagem ritmada e percutante, hábitos regressivos, uniformidade, travestismo, beleza."* Este quadro descrito por Paín<sup>4</sup> ocorre em todas as camadas sociais, inclusive nas consideradas privilegiadas. Não é fácil para uma boa parte dos alunos pré-adolescentes e adolescentes assimilarem as exigências de uma proposta pedagógica que exige não somente capacidade de articulação de conhecimentos, mas a criatividade na elaboração dos conteúdos. Tanto na clínica como na escola, uma das grandes queixas dos pais e professores é o desinteresse por parte dos alunos a respeito dos conteúdos transmitidos e a pouca disponibilidade dos mesmos para tolerar o esforço necessário para aprender<sup>6</sup>. Para este tipo de modelo de aprendizagem é preciso, como afirma Paín<sup>4</sup>: *"disciplina mental, método de raciocínio e consequência na formulação de idéias. Uma parte dos jovens está submersa num mundo sem nenhuma possibilidade de organizar a quantidade de informações que recebe, sem possibilidade de diferenciar o fundamental do que é contingente..."*. Compete ao psicopedagogo não somente ater-se à queixa escolar enquanto sintoma individual, mas contextualizá-la simultaneamente enquanto sintoma social.

## 2) Formação

É possível traçar uma breve síntese sobre o percurso histórico da formação em Psicopedagogia, tendo por base pesquisas e depoimentos de psicopedagogas das seções que enviaram



documentos, bem como dados bibliográficos de autores brasileiros que já produziram e publicaram pesquisa nessa área. A presente análise estará baseada nas reflexões iniciadas na ABPp. Agradecemos especialmente à Comissão de Cursos e Formação da ABPp, que vem desenvolvendo um trabalho de mapeamento dos cursos no território nacional. A ABPp enquanto órgão de classe desde a década de 80, quando foi constituída, mostra-se preocupada com várias questões: regulamentação da profissão, ética e formação, entre suas prioridades. Nesse sentido, criaram-se comissões especiais, uma delas a de formação e cursos.

Antes mesmo de haver cursos formais de especialização dentro das universidades e instituições de ensino superior, já haviam cursos de especialização promovidos por institutos particulares, associações de classe, e por iniciativa pessoal de alguns profissionais preocupados com as dificuldades de aprendizagem. Podemos dizer que muitos dos profissionais da "velha geração" foram construindo seu currículo a partir dessa formação "extra-muro universitário". Sua formação acadêmica deu-se posteriormente.

Provavelmente, o caminho da formação no Brasil tenha sido a especialização devido a dois fatores: em primeiro lugar, o fato de que os profissionais que se dedicavam à pesquisa e ao atendimento de crianças com queixa escolar já eram formados na Universidade. Esses profissionais perceberam que a formação universitária específica (pedagogia, fonoaudiologia, psicologia), isoladamente, não respondia às suas necessidades. Era preciso fazer uma formação interdisciplinar para entender o aluno a partir da complexidade de fatores envolvidos. Como já foi dito anteriormente, a Psicopedagogia nasceu de uma falta. Segundo, do ponto de vista das tendências de política educacional mundial e local, lembramos alguns fatos marcantes entre as décadas de 50 e 70 que influíram decisivamente no modo como se instalou a formação em Psicopedagogia no Brasil. Foram significativos os seguintes fatos: a) na década de 50, há no panorama nacional como no internacional

um grande otimismo nos meios educacionais quanto a soluções para problemas de ensino e aprendizagem; b) há uma grande expansão em centros universitários, institutos de pesquisa e instituições educacionais de disciplinas que buscam focar esses processos: educação, problemas de aprendizagem, problemas educacionais, o que vem gerando uma formação específica nessa área; c) a Lei 5540 de 1968, aprovada pelo Congresso, dá autonomia à organização universitária, que passa a investir em problemas de ordem social, política e econômica, cria departamentos e novas disciplinas, regulamenta os cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, entre outras medidas; d) nas décadas de 70 e 80, já se percebe uma ampla expansão dos cursos superiores, com a necessidade de formação de professor universitário, então criam-se as formas abreviadas de formação docente pelos cursos de especialização *lato sensu*; e) o curso de Psicopedagogia é um desses cursos em expansão uma vez que já havia grupos significativos de profissionais atuando nessa área. Os primeiros cursos *lato sensu* foram regulamentados pela Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação<sup>7</sup>.

De início, em nosso país houve algumas iniciativas de formação de profissionais fora da Universidade, mas dentro de uma perspectiva oficial, junto à Secretaria de Educação, como por exemplo os cursos do RS e do RJ. Em Porto Alegre, na década de 50, o CPOE – Centro de Pesquisa e Orientação Educacional, órgão técnico-científico da Secretaria de Educação do Estado, realizou em 1954 o "curso de Orientação Psicopedagógica", coordenado por Aracy Tabajara e Dorothy Fossati Moniz. Em 1957, foi criado o primeiro curso de Psicopedagogia do Brasil no Instituto de Pesquisas Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal- RJ, com orientação geral da professora Cinira Miranda de Menezes. O referido curso incluía estágio com estudo de caso, com aplicação de provas e conclusão (diagnóstico). Esse era um curso para educadores em geral.

Na década de 60, o Centro de Pesquisa e Orientação Educacional da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul organizou o Curso de Formação de Reeducação das clínicas de leitura da SEC/RS, com duração de 766 horas/aula. Ainda em Porto Alegre, na década de 70, promoveram-se cursos, ainda fora do espaço formal da Universidade, voltados para a questão da linguagem. Nessa época houve uma influência da visão do fonoaudiólogo argentino Julio Bernardo Quirós. Em São Paulo, a Associação Brasileira de Fonoaudiologia (ABRAFA) trouxe profissionais do Centro Médico de Pesquisas de Buenos Aires, coordenado pelo Dr. Quirós, para ministrar cursos breves sobre a questão da linguagem. Deste Centro veio também o Prof. Jacob Feldman, que participou da formação de psicopedagogos, fonoaudiólogos e educadores, mostrando recursos para intervenção e diagnóstico fundados na psicologia genética.

Ainda na década de 70, alguns cursos com enfoque psicopedagógico ocorreram dentro da Universidade. Em São Paulo, foram organizados pela Professora Geny Golubi de Moraes, na PUC. Eram cursos breves, semestrais que tratavam dos seguintes temas: "A criança-problema numa classe comum". No ano de 1972, na PUC- RS, no curso de pós-graduação em Educação desenvolveu-se a área de concentração: Aconselhamento psicopedagógico, em nível de especialização e mestrado. Em 1974, em Porto Alegre, organizou-se um curso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul de Psicopedagogia Terapêutica, sob a coordenação do Dr. Nilo Fichtner e da psicopedagoga Sonia Moojen.

Em São Paulo, em 1979, criou-se o primeiro curso de Psicopedagogia no Instituto Sedes Sapientiae que, enquanto centro de formação continuada, oferecia diversos cursos para profissionais de várias áreas. O curso de Reeducação Psicopedagógica tinha como objetivo perceber o homem global e teve alguma influência do modelo de Psicopedagogia da Argentina. Em 1985, Elcie Masini estruturou e implantou o curso na então Faculdade São Marcos, sendo um dos primeiros cursos a ser regulamentado pela

resolução 12/83 do CFE<sup>7</sup>, que fixava as condições de validade dos certificados de cursos de aperfeiçoamento e especialização para o magistério superior, no sistema federal.

A ABPp organizou entre os anos de 1989 e 1990 um seminário interno com a Profa. Sara Paín. Nessa ocasião foi delineado o perfil de uma formação consistente em Psicopedagogia. Nos anos posteriores entre 1994 e 1995, a ABPp organizou um curso de formação em Psicopedagogia, nos moldes definidos no seminário com Sara Paín. Ele aconteceu na sede da ABPp.

Em Belo Horizonte, é no início da década de 90 que se constitui o primeiro curso de Psicopedagogia em nível de pós-graduação lato sensu, promovido pelo centro de Extensão e Pesquisa do Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais.

Como vimos, na nossa realidade, os cursos tiveram início fora da Universidade para, posteriormente, serem nela incluídos como cursos. Após estas experiências é que vão sendo construídos cursos mais densos, de especialização lato sensu atendendo inicialmente a resolução 12/83<sup>7</sup>. Em 1999, esta resolução foi revogada e substituída pela Resolução nº3 da CES<sup>8</sup> que passou a fixar as condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização. A atual resolução que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação é a Resolução nº1 da CES de 3 de abril de 2001<sup>9</sup>, ratificada pela Portaria nº 1.180 do MEC/CAPES, de 6 de maio de 2004, que dispõe dos instrumentos para o acompanhamento dos cursos de pós-graduação lato sensu, modalidade na qual se inserem os cursos de Psicopedagogia.

Por ocasião dos Encontros e Congressos, os coordenadores de curso têm sido convocados oficialmente para debater sobre a formação:

1. Em julho de 1998, no VIII Encontro de Psicopedagogos, realizado em São Paulo no Maksoud Plaza Hotel, do qual resultou um primeiro cadastro de cursos;
2. Em julho de 2000, Pré-Congresso de Coordenadores de curso e supervisores de estágio, V Congresso Brasileiro de Psicope-

dagogia, I Congresso Latino Americano de Psicopedagogia e IX Encontro de Psicopedagogos, do qual resultou a elaboração das Diretrizes Básicas da Formação de Psicopedagogos no Brasil e os Eixos Temáticos para Cursos de Formação em Psicopedagogia;

3. Em julho de 2003, uma Reunião de Coordenadores de Cursos, no VI Congresso Brasileiro de Psicopedagogia, II Congresso Latino Americano de Psicopedagogia, X Encontro Brasileiro de Psicopedagogos, que teve como objetivos atualizar o cadastro de cursos e incentivar as discussões em torno da qualidade de formação.

O Conselho Nacional da ABPP tem sido mobilizado nas discussões sobre formação, atreladas à regulamentação e aos aspectos éticos da profissão, das quais têm resultado a atualização das informações sobre os cursos vigentes e as orientações colocadas à disposição no site [siteabpp@uol.com.br](mailto:siteabpp@uol.com.br).

A ABPP participa e acompanha as reuniões junto ao Fórum Paulista de Acompanhamento do Registro de Especialistas do Conselho Regional de Psicologia, para o fornecimento de subsídios para elaboração de provas e concessão de títulos aos psicólogos psicopedagogos.

### **3) Situação presente da regulamentação da profissão**

No momento, a formalização na forma de regulamentação da profissão de Psicopedagogo ocorre em duas instâncias: Federal e Estadual. Ao nível Federal, na forma de Projeto de Lei nº 3124 de 1997, que está na comissão de Constituição e Justiça e de Redação, aguardando para entrar em plenário para discussão entre os deputados federais, membros desta comissão.

Este Projeto de Lei visa disciplinar o exercício da Psicopedagogia como Profissão, bem como as diversas áreas de atuação da mesma. Este projeto já recebeu pareceres favoráveis junto à Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, bem como na Comissão de Educação Cultura e Desporto.

Ao nível Estadual, mais precisamente em São Paulo, foi aprovado em 4/9/2001 o Projeto de Lei nº 128/2000 de autoria do Deputado Claury Santos Alves da Silva, que estabelece assistência psicológica e psicopedagógica em todas as instituições de ensino básico. Temos notícias que em vários estados brasileiros esta iniciativa também está ocorrendo, porém até onde sabemos ainda não há projetos legalmente aprovados e sim iniciativas individuais de psicopedagogos junto a Prefeitos e Secretários de Educação no sentido de que, durante a sua gestão, haja o trabalho formal do Psicopedagogo enquanto profissional da área da Educação.

Em São Paulo, após aprovação da lei nº 128/2000, o município de Ourinhos incorporou o profissional Psicopedagogo em seu quadro de Magistério, através da lei complementar nº 387 de 17/12/2002, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Ourinhos/SP. Em seu cap. III da Assessoria à Educação – no artigo 5º Instituições auxiliares da Educação – 1- Cargo Efetivo: a) Psicopedagogo; b) Psicólogo em Educação.

Desta forma, o Psicopedagogo, por estar previsto no Estatuto do Magistério como efetivo, tem no concurso público de provas e títulos o acesso à carreira. A modalidade do concurso, as condições para o provimento do cargo, o conteúdo das provas e a natureza dos títulos; os critérios de aprovação e classificação o prazo de validade do concurso e as vagas existentes serão regidos por instituições especiais sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação ou por comissão por ela indicada (título II, capítulo II – dos concursos públicos).

Após o estatuto, em 4/11/2003, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Ourinhos o regimento comum das Escolas Municipais de Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental (EF).

Nos dois regimentos (E.I. artigo 61, 62, 63; e no E.F. artigo 106, 107, 108) há na parte de organização administrativa o capítulo que se refere à estrutura da escola. Um dos itens que integram a estrutura diz respeito ao apoio Educacional.

Entendendo-se por apoio Educacional o conjunto de funções destinadas a proporcionar o suporte técnico-pedagógico às atividades docentes e discentes. Integrando o apoio educacional estão as atividades exercidas pelo Psicopedagogo, pela Coordenação Pedagógica e pelo Conselho de Classe.

A ação do Psicopedagogo na escola não se confunde com a de Coordenador Pedagógico, pois ambos têm atribuições distintas previstas no regimento. A do Psicopedagogo é a seguinte:

"ARTIGO 63 – O (a) Psicopedagogo (a) tem as seguintes atribuições:

- a) contribuir para a adequação da programação pedagógica à da comunidade onde se insere o equipamento;
- b) contribuir na elaboração coletiva de instrumentos para registro de atividades individuais e grupais com relação ao desenvolvimento da criança;
- c) colaborar com o Coordenador Pedagógico na informação às famílias sobre o desenvolvimento da aprendizagem e da programação pedagógica, levando-as a participarem do processo educativo das crianças;
- d) participar das reuniões da equipe da escola e das reuniões da Assessoria Técnica Pedagógica;
- e) participar das reuniões interescolas, visando à formação continuada de educadores;
- f) efetuar contatos, participar de reuniões, bem como, treinamentos de natureza específica, com ou sob a coordenação da equipe de Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Educação;
- g) participar da reunião de pais na escola;
- h) atender às necessidades do Projeto Político Pedagógico da(s) escola(s) nas diferentes dimensões, para que possa desenvolver plenamente suas atribuições;
- i) acompanhar capacitações de professores e/ou educadores, respeitando as diretrizes da Assessoria Técnica Pedagógica;
- j) elaborar em conjunto com o Diretor e/ou Coordenador reunião da equipe escolar, visando à melhoria da convivência entre as pessoas da Unidade Escolar;
- k) observar a classe em geral e em especial o aluno com dificuldade e propor para o coletivo da escola ações específicas para resolução do problema."

"O objetivo do trabalho psicopedagógico da rede municipal de Educação em Ourinhos é o de desenvolver funções e ações de apoio especializado às unidades escolares, a saber:

- a) contribuir com a melhoria no processo de ensino e da qualidade das aprendizagens, a partir de uma visão ética e social;
- b) promover aprendizagens cooperativas em que cada aluno possa atingir seus objetivos de forma colaborativa, tendo a integração, o grupo e o trabalho em equipe como cenário dessa aprendizagem;
- c) promover a cooperação escola-família a partir dos projetos educativos específicos;
- d) colaborar com a formação em serviço do professor;
- e) participar de equipes multidisciplinares, compartilhando idéias, procedimentos, materiais didáticos"<sup>10</sup>.

Em 2004, os Psicopedagogos desta rede desenvolveram o trabalho em parceria com todos os profissionais da escola, que culminou com a apresentação nos eventos da ABPP – julho 2003 e 2004.

A intenção em relatar este avanço é demonstrar que a legalização de nossa profissão passa também pela vontade política de nossos representantes em diferentes instâncias: Prefeitos, Deputados, Vereadores e Órgãos de Classe. Neste sentido lembramos que a Resolução CNE/CES nº 1 de 3 de abril de 2001<sup>11</sup> e a portaria de 6 de maio de 2004<sup>12</sup> do Ministério de Educação criam uma Comissão Especial de Acompanhamento e Verificação quanto ao projeto pedagógico, carga horária, corpo docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Este fato novo poderá colaborar na qualificação dos profissionais formados neste nível, entre eles o de Psicopedagogo.

Em 30 de abril de 2004, no plenário Cosme de Farias, em Salvador, houve uma sessão

especial para debater: "A psicopedagogia na Instituição Educacional e sua contribuição pa-para prevenir o fracasso escolar", sessão esta presidida pelo Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Salvador.

Cada sessão/núcleo da ABPp tem se esforçado na direção da regulamentação da profissão. Nosso pressuposto é o de que queremos regulamentar o profissional bem formado. Neste sentido, formalmente na moção do V Congresso Brasileiro de Psicopedagogia, há o indicativo de que a Comissão de Formação de Psicopedagogos e a de Regulamentação se articulassem em um único projeto onde a ética, a qualificação, reduzisse o distanciamento entre Formação, Intervenção e Profissionalização.

Neste momento, embora a sensação seja de lentidão (pois estamos aguardando a discussão na atual comissão, desde 2001), na verdade não é, pois estamos agilizando no paralelo o reconhecimento de sócios titulares da ABPp, onde o compromisso com a profissão é essencial; a movimentação junto aos Estados e Municípios desta discussão; a ampliação do nosso quadro de associados, organizando eventos na área, enfim ações fundamentais para que no momento da discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Redação possamos de forma uníssona reafirmar de que a Psicopedagogia é uma ida sem volta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que existe uma profunda relação e entrelaçamento entre os aspectos teóricos, a formação e o *modus operandi* do profissional. Não há uniformidade de modelos teóricos, não há uma única práxis psicopedagógica. Independentemente das diferenças teóricas, a Psicopedagogia hoje, constrói modelos de intervenção voltados para a assimilação da diversidade e consideração da alteridade no processo educacional.

O fundamental é desencadear a consciência do compromisso na formação continuada do profissional. Para que o tripé modelos teóricos/formação/*modus operandi* se sustente, é preciso fazer uma distinção entre legitimidade e legalização. A legitimidade da Psicopedagogia, enquanto práxis, e do Psicopedagogo, enquanto profissional, já foi alcançada. É preciso agora legalizar/oficializar através de leis o que já está legitimado.

Para chegarmos ao jubileu de prata, muitos caminhos foram trilhados a partir das trilhas mostradas por nossos mestres da América Latina, mas hoje é possível identificar o perfil nacional dos rumos da Psicopedagogia, a nossa trilha, o nosso caminho, construído a partir das nossas necessidades, sonhos e aspirações.

**SUMMARY**

## Direction of the "Psychopedagogy" in Brazil

This article is about the subject the Council of National Brazilian Association of "Psychopedagogy" has chosen as object of research and study. They refer to the directions of the "Psychopedagogy" in Brazil which are: (1)History of the basis of the theory; (2) Vocational training; (3) Concept/idea that the other professionals have about the psychopedagogue and Psychopedagogy; (4) Survey of the assessment and intervention tools; (5) Analysis of the object of study and research of the psychopedagogue; (6) Present situation of the regulations of the trade. This article will deal about the topics 1 (one); 2 (two) and 6 (six).

**KEY WORDS:** History of the theory fundamentation. Concept of Psychopedagogy. Vocational training. Trade regulation.

**REFERÊNCIAS**

1. Sawaia S. Novas perspectivas sobre o sucesso e o fracasso escolar. In: Oliveira K, et al. editor. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo:Moderna;2002
2. Documentos produzidos pelas seções: Paraná/Curitiba, Minas Gerais/Belo Horizonte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e grupo de reflexão de São Paulo, não publicados.
3. Bossa N. A Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre:Artes Médicas;1994.
4. Paín S. La psicopedagogia en la actualidad. In: Laino D, Pain S, Ageno M, editors. La psicopedagogia en la actualidad: nuevos aportes para una clínica del aprender. Buenos Aires:Homo Sapiens;2003.
5. Morin E. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro:Beltrand Russel;2001.
6. Rubinstein E. O estilo de aprendizagem e a queixa escolar: entre o saber e o conhecer. São Paulo:Casa do Psicólogo;2003.
7. Brasil - Conselho Federal de Educação-CFE/ MEC. Resolução nº 12 de 1883. Fixa condições de validade dos certificados de cursos de aperfeiçoamento e especialização para o Magistério Superior. Diário Oficial da União. Brasília: 27 de outubro de 1983, p.18233.
8. Brasil - Câmara de Educação Superior/ Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3 de 1999. Fixa condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização. Diário Oficial da União. Brasília: 5 de outubro de 1999. Seção 1.
9. Brasil - Câmara de Educação Superior/ Conselho Nacional de Educação. Resolução nº1 de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União. Brasília: 9 de abril de 2001. Seção 2, p.9.
10. Noffs N. O psicopedagogo na rede de ensino: a trajetória institucional de seus atores-autores. São Paulo: Editora Elevação; 2003.
11. Brasil - Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CES nº 1 de 3 de abril de 2001. Brasília.
12. Diário Oficial da União nº 87 de 7 de maio de 2004, portaria 6 de maio de 2004, nº 1180. Brasília.

*Originalmente este texto foi apresentado ao Congresso da ABPp, em 2004.*

*Artigo recebido: 30/10/2004  
Aprovado: 25/11/2004*